

Relatora, manifestou-se **FAVORAVELMENTE** ao pedido de conservação e restauro de algumas das obras integrantes da Coleção Artística do Museu Paulista da USP - Parque da Independência - Ipiranga.

Salientamos que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal.

I. Publique-se, a seguir tomem-se as providências necessárias visando informar o interessado e posterior encaminhamento ao DPH para acompanhamento.

6025.2021/0000866-8 - Restauro em Bem Tombado e Área Envolvória

Despacho parcialmente deferido
Interessados: ACSV Associação Comercial de São Paulo

DESPACHO:
Em sua 741ª Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2021, o Colegiado do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, com fundamento nos elementos constantes neste processo, considerando o parecer do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH e acolhendo o relatório da Conselheira Relatora, manifestou-se **PARCIALMENTE FAVORÁVEL** ao projeto de restauro das fachadas do edifício situado na Rua Boa Vista, nº 43 a 57 - Centro, conforme documentos: 037944256, 037944267, 037944276, 037944291, 037944297, 037944308, 037944322, 037944331, 037944339, 037944351, 037944362, 037944367, 037944386, 037944394, 037944397, 037944403, 037944422, 037945571, 037945597, 037945607, 037945618, 037945632 e 037945648, devendo ser atendida a **SEGUINTE DIRETRIZ:**

Em futura intervenção, a ACSV faça a remoção completa dos equipamentos das fachadas com instalação de um sistema de ar-condicionado central, elétrico, ou a gás.

Salientamos que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal.

I. Publique-se, a seguir tomem-se as providências visando informar o interessado da decisão, bem como da necessidade de atendimento da(s) diretriz(es) imposta(s).

6025.2019/0006675-3 - Restauro em Bem Tombado e Área Envolvória

Despacho parcialmente deferido
Interessados: Associação Pinacoteca Arte e Cultura

DESPACHO:
Em sua 741ª Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2021, o Colegiado do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, com fundamento nos elementos constantes neste processo, considerando o parecer do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH e da CASP, acolhendo o relatório da Conselheira Relatora, manifestou-se **PARCIALMENTE FAVORÁVEL** ao anteprojeto de intervenção na E.E. Prudente de Moraes para instalação da Pina Contemporânea, situado na Avenida Tiradentes, nº 273 - Bom Retiro, devendo ser atendida as **SEGUINTE DIRETRIZES:**

1. Não havendo a realocação dos galpões no Jardim da Luz, deverá ser apresentada a situação alternativa ao restauro da fachada oeste e recomposição das esquadrias do “Edifício Ramos” pertencente à antiga Escola Modelo da Luz.

2. Eventuais alterações ou realocações nos galpões no Jardim da Luz necessárias para a implantação da proposta e restauro das edificações na E.E. Prudente de Moraes deverão passar por aprovação deste DPH/CONPRESP, em processo próprio.

3. Contratação de pesquisa arqueológica nas áreas a serem realizadas intervenções em subsolo.

Salientamos que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal.

I. Publique-se, a seguir tomem-se as providências visando informar o interessado da decisão, bem como da necessidade de atendimento da(s) diretriz(es) imposta(s).

6025.2018/0015944-0 - Conservação/Manutenção
Despacho deferido
Interessados: SMC/DPH e SMC/DPH-CASP

DESPACHO:
Em sua 741ª Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2021, o Colegiado do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, com fundamento nos elementos constantes neste processo, considerando o parecer do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH e acolhendo o relatório da Conselheira Relatora, manifestou-se **FAVORAVELMENTE** ao projeto de conservação e manutenção corretiva da Sede do Sítio Morrinhos e seus anexos a ser executado com recursos provenientes do FUNCAP, situado na Rua Santo Anselmo, 102 - Santana, conforme documentos 051583062, 051583158 e 051583617 .

Salientamos que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal.

I. Publique-se, a seguir tomem-se as providências necessárias e retorno ao DPH para acompanhamento.

6027.2021/0004952-7 - Comunicações Administrativas

Despacho deferido
Interessados: SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

DESPACHO:
Em sua 741ª Reunião Ordinária de 18 de outubro de 2021, o Colegiado do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, com fundamento nos elementos constantes neste processo, considerando o parecer do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH e acolhendo o relatório do Conselheiro Relator, manifestou-se **FAVORAVELMENTE** ao Projeto Executivo da 1ª Fase e o Projeto Básico da 2ª Fase, referentes à área de ampliação do Parque Independência situado na Rua Bom Pastor x Rua dos Sorocabanos - Ipiranga, conforme documentos 043051215, 043051367, 043051438, 043051716, 043051829, 043051966, 043052072, 043052178, 043052289, 043052394 e 043052555

Salientamos que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal.

I. Publique-se, a seguir tomem-se as providências necessárias com retorno para SVMA.

Departamento do Patrimônio Histórico
6025.2021/0016781-2 - (Demolição em Bem Tombado e Área Envolvória)

Despacho Documental
Interessado: Fabio Francisco Alves Estre
DESPACHO: Com base no disposto nos artigos 18 e 21 da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, e conforme manifestação técnica da Supervisão de Salvaguarda, informamos que as intervenções solicitadas, de demolição, no lote situado à Rua Monte Pascal, 32 (SQL 098.043.0008-7), estão DISPENSADAS de anuência do DPH/CONPRESP, por efeito de aplicação do Artigo 8º da Resolução 03/CONPRESP/2009, sendo que as diretrizes de preservação da referida resolução serão analisadas diretamente no processo de licenciamento junto aos órgãos de licenciamento edilício, conforme competência.

Salientamos no entanto que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal, quando couber.

I. Publique-se, a seguir tome-se as providências necessárias visando informar o interessado e posterior arquivamento.

Departamento do Patrimônio Histórico

6025.2021/0013478-7 - (Regularização de Bem Tombado e Área Envolvória)

Despacho Documental
Interessado: Antonio Angelo Doratietto Neto
DESPACHO: Com base no disposto nos artigos 18 e 21 da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, e conforme manifestação técnica da Supervisão de Salvaguarda, informamos que as intervenções, no lote situado à Rua Maria Antônia, 113 (SQL 010.007.0009-7), estão ISENTAS de análise do DPH/CONPRESP.

Salientamos no entanto que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal, quando couber.

I. Publique-se, a seguir tome-se as providências necessárias visando informar o interessado e posterior arquivamento.

EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 42, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.

6016.2021/0103367-5

ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE CADASTRAMENTO, COMPATIBILIZAÇÃO, MATRÍCULA E TRANSFERÊNCIA, REORGANIZA OS AGRUPAMENTOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO:

- Lei federal nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

- o disposto na Portaria nº 3.270, de 28/04/16, que atribui responsabilidades pelas informações lançadas nos Sistemas de Informação Corporativos da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências;

- as diretrizes e normas estabelecidas na instrução normativa anual para a realização de matrículas da Rede Municipal de Ensino;

- a necessidade de normatizar os procedimentos de cadastro, compatibilização, matrícula e transferência da Educação Infantil pelas novas regras do processo de georreferenciamento;
- a necessidade de assegurar o atendimento nas Unidades Educacionais mais próximas à residência das crianças;
- a necessidade de informar e esclarecer as famílias sobre todos os procedimentos que envolvem o atendimento das crianças nas Unidades Educacionais, visando seu acesso e permanência;

- o princípio da transparência das ações na gestão do ensino municipal;
- a concepção de infância e a proposta de agrupamentos multietários presentes em documentos curriculares que são referência para a Educação Infantil e no Currículo da Cidade;

RESOLVE:

Art. 1º O cadastramento, a compatibilização, a efetivação das matrículas e a transferência, bem como a organização dos agrupamentos na Educação Infantil deverão observar as normas e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 2º O cadastramento das solicitações de vagas na Educação Infantil poderá ocorrer de 02 (duas) formas:

- I – Presencialmente nos Centros de Educação Infantil Diretos, Indiretos e Parceiros- CEIs, Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIs, Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs e Escolas Municipais de Educação Bilingue para Surdos – IMEBSs;

- II – Remotamente com o preenchimento de formulário virtual de pré-cadastro disponível no portal da Secretaria Municipal de Educação <https://cadastroinfantil.sme.prefeitura.sp.gov.br>

Art. 3º O cadastramento nas Unidades Educacionais de Educação Infantil dar-se-á presencialmente mediante o preenchimento da “Ficha de Cadastro de Educação Infantil” e a imediata transferência dos dados para o Sistema Informatizado – EOL, com a impressão e entrega, ao responsável legal, do protocolo que conterá o número oficial de inserção no Cadastro para Educação Infantil.

§ 1º Na impossibilidade de transferência imediata dos dados da “Ficha de Cadastro de Educação Infantil” para o Sistema Informatizado – EOL, as Unidades Educacionais terão prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para efetivá-la.

§ 2º No ato do cadastramento a Unidade Educacional deverá informar ao pai/mãe ou responsável legal quanto às regras da compatibilização, o acompanhamento do cadastro, as formas de convocação para a matrícula, bem como, os prazos para sua efetivação.

§ 3º Deverá ser registrada na Ficha de Cadastro e no Sistema Informatizado – EOL se o candidato possui irmão em idade escolar matriculado em unidade educacional municipal.

§ 4º O cadastramento nas Unidades Educacionais de Educação Infantil ocorrerá no decorrer do ano, a partir do primeiro dia útil de janeiro e encerrar-se-á em dezembro do ano em curso, em data a ser definida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O Cadastro será realizado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I - Documento de Identidade da criança (Certidão de Nascimento, Registro Geral-RG ou Registro Nacional Migratório - RNM);

- II – Declaração/comprovante de endereço no nome do pai/mãe ou responsável legal;

- III - CPF do pai/mãe ou responsável legal;

- IV – CPF do aluno.

§ 1º Na falta de um ou mais documentos mencionados no caput deste artigo, o cadastro deverá ser realizado e os responsáveis serão orientados quanto à obtenção do documento e sua apresentação à Unidade Educacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para a liberação do cadastro com vistas à compatibilização para a matrícula.

§ 2º A Unidade Educacional não poderá recusar-se a realizar o cadastro por falta de documentação.

§ 3º No decorrer do período mencionado no parágrafo primeiro deste artigo, o protocolo expedido conterá a informação “Pendência de Documentação”.

§ 4º Protocolo com pendência não passará pelo processo de compatibilização até que os documentos sejam apresentados.

§ 5º Na data da entrega da documentação, a Unidade deverá registrar, de imediato, o recebimento no Sistema Informatizado - EOL e expedir novamente o Protocolo, válido a partir da data original do cadastramento.

§ 6º Expirado o prazo referido no § 1º deste artigo, o cadastro que remanescer pendente será desativado automaticamente pelo Sistema Informatizado – EOL.

§ 7º Na excepcionalidade e devidamente justificado, a Diretoria Regional de Educação - DRE poderá proceder a “Liberação de Pendência de Documentação”, inclusive em casos de migrantes, resguardando assim, o direito de acesso da criança.

Art. 5º No ato do cadastramento, o pai/mãe ou responsável legal poderá informar no campo endereço:

- I - O endereço residencial;
- II – Endereço indicativo no caso de CEP não reconhecido na base de dados;

- III – Unidade preferencial, considerada como a primeira opção no processo de compatibilização, independente da distância;

- IV – Endereço opcional, quando houver necessidade de vaga em região diferente do endereço residencial. Nessas situações o protocolo terá grade para os dois endereços e estará concorrendo à vaga nos dois endereços.

Art. 6º Nos casos de irmãos da faixa etária da mesma etapa de ensino, a Diretoria Regional de Educação, após análise das possibilidades de junção dos mesmos, poderá proceder aos encaminhamentos necessários para realocação na mesma Unidade Educacional, utilizando-se das ferramentas disponíveis no Sistema Informatizado – EOL.

Art. 7º Compete à Unidade Educacional responsável pelo cadastro informar ao pai/mãe ou responsável legal pela criança com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD, quanto ao direito de atendimento prioritário, para obtenção de vaga na Educação Infantil, que deve ser solicitado, acompanhado de documento comprobatório da condição da criança.

Parágrafo único. A documentação referida no caput deste artigo deverá ser recebida pela Unidade Educacional e encaminhada, de imediato, à Diretoria Regional de Educação para fins de manifestação e cadastramento no Sistema Informatizado – EOL, pela equipe do CEFAL.

Art. 8º As Unidades Educacionais deverão zelar pela fidedignidade e correção dos dados do cadastro e o respectivo registro no Sistema Informatizado – EOL, conforme previsto na Portaria SME nº 3.270 de 28/04/16 e na Lei nº 13.709, de 2018.

Art. 9º Consolidado o registro do cadastro, por meio do protocolo definitivo, este será caracterizado como demanda cadastrada da Educação Infantil no Município para todos os fins e publicado no Portal da Secretaria Municipal da Educação.

§ 1º O pai/mãe ou responsável legal deverá retirar o Protocolo de Cadastro na Unidade em que realizou o mesmo após 48 (quarenta e oito) horas, na impossibilidade de inserção no momento da solicitação.

§ 2º O pai/mãe ou responsável legal que realizou o pré-cadastro no portal da Secretaria Municipal de Educação receberá, por e-mail, o número do protocolo de cadastro na demanda da educação Infantil no Município.

Art. 10. Realizado o cadastro, terá início a compatibilização automática das vagas pelo Sistema Informatizado – EOL, por meio do processo de georreferenciamento, inclusive para os cadastros com a opção de Unidade Educacional preferencial.

Parágrafo único. No processo de georreferenciamento o endereço informado pelo pai/mãe ou responsável legal será localizado e o encaminhamento para matrícula dar-se-á em Unidade de Educação Infantil mais próxima, com vaga disponível para a faixa etária.

Art. 11. Para fins de georreferenciamento serão considerados um dos endereços, conforme artigo 5º, observada a distância num raio de até 1,5 km para turmas de Berçário e até 2 km para os demais agrupamentos.

Art. 12. Por meio do processo de georreferenciamento, o Sistema Informatizado - EOL estabelecerá a relação de Unidades Educacionais que irão compor o entorno do endereço utilizado na base de dados.

Parágrafo Único – A relação de Unidades Educacionais mencionada no caput deste artigo comporá a grade de Unidades para a compatibilização de vaga.

Art. 13. Para cada Unidade Educacional estabelecida na relação, pelo processo de georreferenciamento, haverá uma classificação, respeitada a ordem cronológica de cadastramento conforme segue:

- I - Demanda cadastrada no entorno desta, observada a distância no raio de até 1,5 km para Berçário e até 2 km para os demais agrupamentos;

- II - Inclusão de Escola Específica;

- III - Inclusão de Unidades Educacionais localizadas em distância acima do estabelecido para o agrupamento;

- IV – Inclusão de Unidade preferencial.

Art. 14. O Sistema Informatizado - EOL será responsável pela compatibilização diária, encaminhando os cadastros para a matrícula nas Unidades Educacionais com vagas disponíveis, observada a classificação etária:

- I - Berçário I: 0 a 11 meses

- II - Berçário II: 1 ano a 1 ano e 11 meses

- III – Minigrupo I: 2 anos a 2 anos e 11 meses

- IV – Minigrupo II: 3 anos a 3 anos e 11 meses

- V – Infantil: 4 anos a 5 anos e 11 meses

§ 1º As unidades poderão optar pela organização multietária para o atendimento do Minigrupo, considerando a seguinte classificação etária:

- III - Minigrupo: 2 anos a 3 anos e 11 meses

§ 2º A opção mencionada no parágrafo anterior será possibilitada, desde que, todas as crianças das turmas de Minigrupo I de 2021, sejam atendidas nas turmas multietárias de 2022, da mesma Unidade Educacional.

§ 3º A Supervisão Escolar deverá acompanhar a organização das turmas para 2022, em especial quando da opção pela organização multietária.

Art. 15. O processo de compatibilização automática da demanda cadastrada deverá considerar:

- I - A demanda registrada no Sistema Informatizado – EOL;

- II - As vagas existentes nas Unidades Educacionais;

- III - A ordem cronológica dos protocolos em cada Unidade Educacional que irá compor a grade do candidato, observada a correta acomodação nos agrupamentos/ turmas, ressalvados os casos de Determinação Legal.

Art. 16. As Determinações Legais a que se refere o inciso III do artigo 15 desta Instrução Normativa serão classificadas conforme segue:

- I - Ordens Judiciais;

- II - Crianças com deficiência/Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD;

- III - Crianças inscritas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social/ Programa Bolsa-Família, devidamente identificadas pelo “Número de Identificação Social – NIS” ou do Banco de Dados do Cidadão/Programa Renda Mínima do Município de São Paulo;

- IV – Crianças em situação de acolhimento institucional devidamente identificada por meio de documento oficial das Varas da Infância e Juventude;

- V - Solicitações de transferência por mudança de endereço;

- VI – Solicitações referentes ao Programa Mãe Paulistana, quando implantado.

Art. 17. Será realizado o devido registro de prioridade nos protocolos, assegurando o atendimento das crianças nas condições estabelecidas nos incisos III e IV do artigo anterior, em conformidade com os arquivos enviados periodicamente pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art. 18. O processo de georreferenciamento informará, quando da expedição do Protocolo de Cadastro, observando-se o contido no art. 9º desta Instrução Normativa, as Unidades Educacionais georreferenciadas, na seguinte ordem:

- I – Unidade Educacional preferencial ou específica;

- II – Escolas localizadas até a 1,5 km para Berçário e até 2 km de distância para os demais agrupamentos;

- III – Escolas situadas acima de 1,5 km para Berçário e acima de 2 km de distância para os demais agrupamentos;

- IV – Escolas localizadas até 2 km de distância do endereço opcional (quando houver).

Art. 19. A grade de Unidades Educacionais será automaticamente alterada toda vez que houver mudança de endereço, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 20. Quando o pai/mãe ou responsável legal solicitar a indicação de Unidade Educacional preferencial ou específica, por caracterizar a escolha do interessado o processo de georreferenciamento não considerará a distância de compatibilização.

Parágrafo único - O pai/mãe ou responsável legal deverá estar ciente de que não fará jus ao transporte escolar gratuito nas condições estabelecidas no caput deste artigo.

Art. 21. Considerando que o candidato terá uma classificação em cada uma das diferentes Unidades Educacionais de sua grade, o protocolo expedido será válido para apenas uma vaga e a partir da efetivação da matrícula o candidato será excluído do processo de compatibilização.

Art. 22. Na existência de interesse do pai/mãe ou responsável legal na inclusão de Unidades Educacionais com localização acima do estabelecido para o agrupamento, o interessado deverá dirigir-se à Unidade Educacional de inscrição ou à Diretoria Regional de Educação da região para fazer a solicitação, observadas as condições previstas no parágrafo único do artigo 20 desta Instrução Normativa.

Art. 23. O pai/mãe ou responsável legal poderá acompanhar o processo de compatibilização por meio de consulta ao Cadastro para Educação Infantil, disponibilizada no Portal da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A consulta do protocolo no Portal da Secretaria Municipal de Educação apresentará informações contendo o endereço base utilizado e a relação de Unidades Educacionais georreferenciadas – grade - com suas respectivas distâncias, na seguinte ordem:

- I – Nome da Unidade educacional preferencial ou específica;

- II – Relação de unidades Educacionais localizadas até 1,5 km para Berçário e até 2 km de distância para os demais agrupamentos;

- III – Relação de Unidades Educacionais localizadas acima de 1,5 km para Berçário e acima de 2 km de distância para os demais agrupamentos.

Art. 24. A Unidade Educacional preferencial ou específica ou aquelas que estão localizadas em um raio de até 1,5 km para Berçário e até 2 km para os demais agrupamentos constituir-se-ão em um link, cujo acesso deverá apresentar a relação de candidatos com as seguintes informações:

- I – Classificação do protocolo pesquisado por data de inscrição;

- II – Determinação legal;

- III – Data de reativação do protocolo;

- IV – Indicação de Unidade Educacional preferencial ou específica;

- V – Residente em outro município.

Art. 25. As Unidades Educacionais localizadas a mais de 1,5 km para Berçário e a mais de 2 km para os demais agrupamentos serão apenas relacionadas, permitida a visualização da respectiva classificação, no caso de o pai/mãe ou responsável legal solicitar a inclusão no processo de compatibilização.

Art. 26. As listagens constantes do Cadastro serão atualizadas diariamente, contendo as informações relativas ao atendimento realizado nos últimos 30 (trinta) dias e possibilitarão o acompanhamento da acomodação da demanda.

Art. 27. Após a compatibilização, o cadastro ficará disponibilizado na tela “efetiva matrícula” do Sistema EOL para que os CEIs/CEMEIs possam adotar os seguintes procedimentos para os agrupamentos de Berçário e Mini-Grupo:

- I - No prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a Central 156 entrará em contato com pai/ mãe ou responsável legal pela criança para a efetivação da matrícula, podendo também a Unidade Educacional contatar a família.

- II - No caso de não existir interesse da família na vaga oferecida, a desistência deverá ser formalizada pelo pai/mãe ou responsável legal, pessoalmente ou por email, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias a partir da convocação, conforme disposto no inciso anterior.

- III - Havendo solicitação da família, caberá à Unidade cadastrar, imediatamente, a desistência da vaga no Sistema Informatizado – EOL e o registro da indicação de escola específica, para a faixa etária de 0 a 3 anos.

- IV – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias da data de encaminhamento, o cadastro da faixa etária de 0 a 3 anos será desativado automaticamente pelo Sistema Informatizado - EOL, inclusive nos casos de não comparecimento do pai/mãe ou responsável pela criança.

- V - Os documentos que comprovem a convocação do responsável legal para a matrícula e a formalização da desistência da vaga oferecida deverão permanecer arquivados por 3 (três) anos na Unidade Educacional/DRE e deverão ser apresentados às autoridades educacionais, sempre que solicitados.

Art. 28. Após a compatibilização, o cadastro ficará disponibilizado na tela “efetiva matrícula” do Sistema EOL para que os CEIs /CEMEIs /EMEIs possam adotar os seguintes procedimentos para o agrupamento Infantil:

- I - No prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a Central 156 entrará em contato com pai/ mãe ou responsável legal pela criança para a efetivação da matrícula, podendo também a Unidade Educacional contatar a família;

- II – A matrícula deverá ser efetivada no Sistema EOL no prazo de até 10 (dez) dias contando da data de encaminhamento;

- III – Considerando o caráter obrigatório da modalidade, a Unidade Educacional não poderá registrar recusa da vaga, bem como indicação de escola específica.

Art. 29. As crianças residentes em outro município, somente serão compatibilizadas após o atendimento de todos os cadastrados residentes no Município de São Paulo.

Art. 30. As crianças matriculadas nas turmas de Educação Infantil que mudarem de endereço residencial durante o ano letivo, cuja nova residência inviabilize a permanência na Unidade de matrícula, poderão solicitar transferência para outra Unidade Educacional.

§ 1º Após solicitação expressa de transferência pelo pai/mãe ou responsável legal, a Unidade Educacional de origem deverá modificar o endereço residencial da criança e registrar no Sistema Informatizado - EOL a “Solicitação de Transferência”;

§ 2º A “Solicitação de Transferência” no Sistema Informatizado - EOL será considerada como matrícula ativa;

§ 3º A solicitação para nova vaga deverá ser realizada pelo pai/mãe ou responsável legal na Unidade Educacional em que a criança estiver matriculada;

§ 4º Para toda alteração de endereço será constituída uma nova grade de Unidades Educacionais;

§ 5º Atendendo ao princípio de continuidade, a inscrição por transferência manterá a matrícula e o número de protocolo expedido inicialmente no processo de compatibilização;

§ 6º Em caso de desistência da matrícula, será mantida a inscrição por transferência bem como a prioridade;

§ 7º Para o processo de transferência não será aceita a indicação de Escola Específica;

§ 8º Os cadastros de inscritos por transferência seguirão os critérios estabelecidos no processo de compatibilização, com prioridade de atendimento.

Art. 31. As crianças matriculadas nas turmas de Educação Infantil – creche e pré-escola, cujo pai/mãe ou responsável legal tenha preferência por outra Unidade Educacional, poderá solicitar inscrição no processo de Intenção de Transferência, observadas as condições previstas no parágrafo único do artigo 20 desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Para inscrição no processo de Intenção de Transferência serão exigidas as seguintes condições:

- I – Matrícula ativa;

- II – Ter ciência da desativação do pedido em caso de desistência da matrícula;

- III – Indicar uma Unidade Educacional que não será considerada como prioridade;

- IV - Seguir os critérios estabelecidos para o processo de compatibilização;

- V - Ter conhecimento que não fará jus ao Programa de Transporte Escolar Gratuito pelo critério de distância.

Art. 32. Após a compatibilização do processo de transferência ou intenção de

Educacional de origem terá baixa automática quando da efetivação da nova matrícula no Sistema Informatizado – EOL, disponibilizando a vaga da Unidade Educacional de origem para a compatibilização automática.

Art. 33. Os casos excepcionais ou omissos serão resolvidos pelas Diretorias Regionais de Educação, ouvida, se necessário, a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 34. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga a IN SME nº 24, de 2020.

COMUNICADO SME Nº 1.247, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021

6016.2021/0108987-5

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições conforme lhe representou a Comissão Especial instituída pela Portaria nº 6.164/2021, publicada em D.O.C. em 09/10/2021, e observados os critérios estabelecidos na Lei nº 14.915/09,

COMUNICA:

1. Os trabalhos finalistas do Prêmio “Professor em Destaque”, nos termos da Portaria SME nº 6.164/2021, ficam divulgados, em ordem alfabética, conforme segue:

- Ana Marília Dumont Ferreira, R.F.: 695.913.0, da Unidade Educacional EMEF Marechal Deodoro da Fonseca, DRE Butantã, Projeto: “Estudando e aprendendo, em casa sim, sozinhos nunca!”.

- Ana Paula Silveira de Faria, R.F.: 690.766.1, da Unidade Educacional EMEF Coronel Romão Gomes, DRE Jaçanã/Tremembé, Projeto: Rádio “Ainda sem nome”.

- Fernando Toledo Cardoso, R.F.: 847.092.8, da Unidade Educacional CEU EMEF Água Azul, DRE Guaiianases, Projeto: “Poesia na escola”.

- Juliana Aparecida Otuka, R.F.: 731.248.2, da Unidade Educacional CEI Professor José Ozi, DRE Butantã, com o Projeto: “O brinquedo como ferramenta de combate ao racismo”.

- Sarah Cazella, R.F.:819.530.7, da Unidade Educacional EMEF Paulo Prado, DRE Pirituba/Jaraguá, com o Projeto: “Caminhos”.

1.a. A classificação final dos vencedores será revelada no dia 14/12/2021, às 18h, em live dedicada à comemoração do “Dia do Professor”.

2. Para a homenagem ao “Professor Emérito” a relação dos selecionados é a que segue:

- Cleia Teixeira da Silva Oliveira, R.F. 791.001.1, da CEU EMEF Água Azul, DRE Guaiianases.

- Rosana Soares Godinho, R.F. 535.805.1, Aposentada.

- Zenilda Vilela Jacoia, R.F. 678.798.3, DRE Butantã.

3. Para a homenagem ao “Analista Emérito” a relação dos selecionados é a que segue:

- Odile Medeiros Souza, R.F. 744.228.9, CEU Perus - DRE Piritua/Jaraguá.

- Jéssica Câmara Siqueira, R.F. 836.016.2, CEU Três Lagos - DRE Capela do Socorro.

- Vanessa Pataro Tavares, R.F. 780.587.0, CEU Jaguará - DRE Pirituba/Jaraguá.

4. Para a homenagem ao “Apoio Emérito” a relação dos selecionados é a que segue:

- Elvis Batista Soares, R.F. 817.341.9, EMEF Jardim Siprapmar, DRE Capela do Socorro.

- Janira Maria dos Santos , R.F. 318.675.0, EMEF Firmino Tibúrcio da Costa, DRE Penha.

- Leticia Barreto Nissimura, R.F. 817.287.1, EMEF Doutor Manoel de Abreu, DRE Capela do Socorro.

5. Os professores identificados no item 1 deste Comunicado deverão enviar até o dia 29/10/2021 a seguinte relação de documentos, via e-mail, por meio do endereço eletrônico: smeocoex@sme.prefeitura.sp.gov.br:

- RG;
- CPF;
- PIS ou PASEP;
- comprovante de endereço;
- holerite;
- CCM;
- CND; e
- Requerimento de Pagamento (modelo fornecido por SME).

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO LIMPO

6016.2021/0036618-2

PORTARIA Nº 286, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021.

A Diretora Regional de Educação Campo Limpo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundamento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 e do que consta no SEI nº 6016.2021/0036618-2, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do CEI VITÓRIA, localizado na Rua Campo Novo do Sul, 47, Vila Andrade, São Paulo, mantido pela Associação Beneficente Nova Alvorada, CNPJ 07.096.592/0001-07, com a finalidade de atender crianças na faixa etária da Educação Infantil definida no Plano de Trabalho da instituição.

Art. 2º A autorização de que trata o artigo anterior, encontra-se na conformidade do disposto na Instrução Normativa nº 9 /19 e respaldada na documentação constante do SEI 6016.2018/0026377-9.

Art. 3º Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria, pelo mantenedor, importará nos procedimentos previstos no art.36 da Resolução CME nº 01/18.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 287, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021

A Diretora Regional de Educação Campo Limpo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/2018, ratificada no art. 2º da IN SME nº 19/2021, com fundamento na Resolução CME nº 06/2019, alterada pela Resolução CME nº 05/2020, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Educacional do CEI VITÓRIA, sediado na Rua Campo Novo do Sul, 47, Vila Andrade, São Paulo, mantido pela Associação Beneficente Nova Alvorada, CNPJ 07.096.592/0001-07, autorizado pela Portaria nº 286, de 27/10/2021.

Art. 2º A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Educacional, objeto desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA PENHA

6016.2019/0071580-9

PORTARIA Nº 266, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021

O Diretor Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Penha, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto nº 57.817/2017, alterado pelo Decreto nº 58.986/19 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista a necessidade de prosseguir com os trabalhos da Comissão Especial de Estágio Probatório da CEI MATIAS BONAR

Diário Oficial da Cidade de São Paulo

GONZALEZ, PE., no que tange Relatores e Servidores em Estágio Probatório, em Portaria nº 384, de 08/11/2019, publicada no DOC de 14/11/2019, págs. 46 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º – Incluir na relação dos servidores em Estágio Probatório e seus respectivos membros relatores:

RFVC	Relator	
772.556.6/1	Cintia Aparecida Romeiro de Melo	
RFVC	Servidor Ingressante Data de Ingresso	
693.215.1/3	Marina Ferreira da Silva	26/12/2018

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 384/2019

6016.2020/0043999-4

PORTARIA Nº 267, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021

O Diretor Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Penha, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto n.º 57.817/2017, alterado pelo Decreto n.º 58.986/19 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista a necessidade de prosseguir com os trabalhos da Comissão Especial de Estágio Probatório da CEI SANTA BARBARA, no que tange Relatores e Servidores em Estágio Probatório, em Portaria nº 86, de 08/06/2020, publicada no DOC de 09/10/2020, págs. 22 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º – Incluir na relação dos servidores em Estágio Probatório e seus respectivos membros relatores:

RFVC	Relator	
607.661.1/1	Marcia Luiza da Silva Borges	
RFVC	Servidor Ingressante Data de Ingresso	
849.195.0/1	Sandra Francisca de Carvalho	16/07/2018
RFVC	Relator	
621.917.9/2	Sandra Aparecida Mello Salim	
RFVC	Servidor Ingressante Data de Ingresso	
821.618.5/2	Artur Oniel Pereira	01/02/2019
853.800.0/1	Beatriz Rocha Vicente	10/10/2018

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 86/2019

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ITAQUERA

6016.2021/0108610-8

PORTARIA Nº 250, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021.

A Diretora Regional de Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Instrução Normativa SME nº 29, de 17/10/19 e do que consta do PA nº 6016.2021/0108610-8, e CONSIDERANDO:

- O disposto na Lei federal nº 13.019/14 e Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CONSTRUIR E SONHAR, CNPJ: 11.239.625/0001-27, situado na RUA Lincoln Junqueira nº 686 A, Jardim São Pedro - São Paulo - CEP: 08420-660, tem seu credenciamento realizado, nos termos do artigo 18 da Instrução Normativa SME nº 29/2019, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/Diretoria Regional de Educação Itaquera

Art. 2º - O credenciamento de que trata esta Portaria comprova que a Organização detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º - Para fins de comprovação do credenciamento, a Diretoria Regional de Educação Itaquera emitirá novo “Certificado de Credenciamento Educacional” que reabilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º - O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3(três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º - O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

- I – não mantidas as condições do credenciamento;
- II – comprovada irregularidade na documentação;
- III – a Organização parceira for denunciada por inadimplência.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

6016.2021/0017228-0

6016.2019/0071358-0

PORTARIA Nº 251 DE 28 DE OUTUBRO DE 2021

A Diretora Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação de Itaquera no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto nº 57.817/17, alterado pelo Decreto nº 58.986/19 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos da Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, constituída pela Portaria nº 235/2019 de 05/11/2019, publicada no DOC de 06/11/2019, página 50, referente a EMEF Profa. Clotilde Rosa Henrique Elias,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir da Comissão o servidor: Wellington Santos de Assis RF: 803.442.7/1 Assistente de Diretor de Escola

Art.2º Incluir na Comissão a servidora: Erineuza Enedina da Silva RF: 723.802.9/1 Assistente de Diretor de Escola

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 235/2019.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

PORTARIA Nº 471, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021

6016.2021/0039911-0

O Diretor de Regional de Educação da Diretoria Regional São Miguel no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos de tornar pública a relação dos servidores em Estágio Probatório e seus respectivos membros relatores do CEU CEMEI SÃO MIGUEL, constituída pela Portaria nº 123, de 27/04/2021, publicada no DOC de 29/04/2021, pg. 13.

RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º Incluir na relatoria de Leiva Roberta de Sousa Mota, R.F.798.197.0/1, a servidora:

Nome:	RFVC	Data de ingresso:
Emerson Gomes	RF 889.982.7/1	21/10/2021

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 123/2021.

6016.2019/0069095-4

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DOC DE 27/10/2021, PÁGINA 12,PORTARIA Nº 450,DE 25/10/2021

LEIA-SE COMO SEGUIE E NÃO COMO CONSTOU:

Art.1º Incluir na relatoria de Valeria Muniz Vieira, R.F.799.413.3/1, a servidora:

Nome:	RFVC	Data de ingresso:
Luciana Priscila Ferreira Lima Batista	RF 889.873.1/1	21/10/2021

PROCESSO SEI Nº 6016.2021/0046475-3

Leia-se como segue e não como constou no DOC 13/05/2021, p. 15. **PORTARIA Nº 188 DE 12 DE MAIO DE 2021**

ESPORTES E LAZER

GABINETE DO SECRETÁRIO

ASSESSORIA JURIDICA

6019.2020/0003330-7

I-DESPACHO

À vista dos elementos constantes do presente, em especial a Solicitação de SEME/CAF/DSI e SEME/CAF (051812663 e 051831929) e Planilha de Controle (051812118) , AUTO-RIZO a emissão da Nota de Empenho Complementar em favor da COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO, CNPJ nº 61.856.571/0001-17, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), que deverá onerar a dotação orçamentária n.º 19.10.27.812.3017.4.502.3.3.90.39.00-00, conforme nota de reserva de sei! 053629534 , para atender despesas referente consumo de gás até o final do presente exercício.

6019.2021/0003051-2

I. DESPACHO

1. À vista das informações constantes do presente, em especial a manifestação de DGEE/DESM (054063334) e o parecer retro da Assessoria Jurídica (054092659), que acolho, e diante da competência delegada pela Portaria nº 001/SEME/2020, AUTORIZO a emissão do atestado de capacidade técnica em nome da empresa HIGIENIX HIGIENIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ n.º 09.212.711/0001-02, referente aos serviços prestados a contento, decorrentes do Contrato nº 079/SEME/2016, com fundamento no art. 52 do Decreto Municipal nº 51.714/2010 c.c. art. 4º, inciso V, do Decreto Municipal nº 54.873/2014.

6019.2021/0003303-1

I. DESPACHO

1. À vista dos elementos constantes do presente, especialmente da informação proferida por SEME/DGPARG (054089210) e o parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta (054103987), considerando o estabelecido no Decreto Municipal nº 52.830/2011 e na Portaria nº 34/SMG/2017, diante da competência delegada pela Portaria nº 081/SEME/2013, publicada no DOC de 01/11/2013, AUTORIZO a inscrição da entidade ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL VEREADOR ANTONIO SAMPAIO E ADJACÊNCIAS, CNPJ nº 02.633.752/0001-15, no Cadastro Único de Entidades do Terceiro Setor – CENTS, na categoria de Organização da Sociedade Civil (OSC).

FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

ATOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHOS: LISTA 995

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

ENDERECO: VIADUTO DO CHÁ, 15

6017.2021/00000005-1 - O Diretor da Divisão do Cadastro de Contribuintes Mobiliários - DICAM, do Departamento de Cadastros - DECAD, da Subsecretaria da Receita Municipal - SUREM, da Secretaria Municipal de Fazenda - SF, promove o cadastramento de ofício no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano - DEC, nos termos do § 3º do Art. 5º do Decreto Nº 56.223, de 1º de julho de 2015, com a redação do Decreto Nº 56.881, de 18 de março de 2016, dos contribuintes a seguir *Razão Social *CNPJ *CCM:

SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

DIVISÃO DE MAPA DE VALORES

DIVISÃO DE MAPA DE VALORES- DIMAP

Processo SEI! nº 6017.2020/0048317-4. Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 10.235, de 16 de dezembro de 1986, e adotando a proposta do Grupo de Pesquisa e Análise de Valores Imobiliários – DIMAP-1, aprovo, para fins de tributação imobiliária dos Exercícios de 2016 a 2021, o(s) seguinte(s) valor(es) de metro quadrado de terreno, para a(s) face(s) de quadra(s) abaixo discriminada(s):

Observação: As expressões monetárias referem-se à data do fato gerador.

SETOR	QUADRA	CODLOG	DENOMINAÇÃO	VALOR DE METRO QUADRADO DE TERRENO (R\$)					
				EX.2021	EX.2020	EX.2019	EX.2018	EX.2017	EX.2016
117	199	19.319-4	R. UHLAND	R\$ 630,00	R\$ 630,00	R\$ 609,00	R\$ 589,00	R\$ 572,00	R\$ 540,00

DIVISÃO DE MAPA DE VALORES- DIMAP

Processo SEI! nº 6017.2021/0007162-5. Considerando o disposto no parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 10.235, de 16 de dezembro de 1986, e adotando a proposta do Grupo de Pesquisa e Análise de Valores Imobiliários – DIMAP-1, aprovo, para fins de tributação imobiliária dos Exercícios de 2016 a 2021, o(s) seguinte(s) valor(es) de metro quadrado de terreno, para a(s) face(s) de quadra(s) abaixo discriminada(s):

Observação: As expressões monetárias referem-se à data do fato gerador.

SETOR	QUADRA	CODLOG	DENOMINAÇÃO	VALOR DE METRO QUADRADO DE TERRENO (R\$)					
				EX.2021	EX.2020	EX.2019	EX.2018	EX.2017	EX.2016
094	259	16.464-0	R. PROF. RUBENS OSCAR GUELLI	R\$ 418,00	R\$ 418,00	R\$ 404,00	R\$ 391,00	R\$ 380,00	R\$ 359,00

DIVISÃO DE LANÇAMENTO, COBRANÇA E PARCELAMENTO

DIVISÃO DE LANÇAMENTO COBRANÇA E PARCELAMENTO –DICOP

FRACIONAMENTO DE DÉBITO DE IPTU.

PROCESSO SEI, INTERESSADO, LOTE FILHO, ADVOGADOS e DECISÃO.

6021.2018/0018495-7, AILDA MENEZES DE ARAUJO, 067.108.0098-9, FERNANDO PEREIRA DA SILVA-OAB/SP 346.677.

À vista das informações constantes no processo, **DEFIRO** o pedido de fracionamento de débito para o SQL 067.108.0098-9.

6021.2021/0009151-2, EDUARDO ALFERES FEIJO DE MENDONÇA, 007.003.0129-1, PEDRO WAGNER DA VELLA DUARTE OAB/SP 56.495.

À vista das informações constantes no processo, **DEFIRO** o pedido de fracionamento de débito para o SQL 007.003.0129-1.

DIVISÃO DE LANÇAMENTO, COBRANÇA E PARCELAMENTO – DICOP

DISCORDÂNCIA DO COMUNICADO CADIN

PROCESSO SEI – INTERESSADO – CNPJ/CPF – DECISÃO 6017.2018/0075118-3 - WALNEY VEIGA DE OLIVEIRA (37251631890) - 26.906.052/0001-15

NADA A PROVIDENCIAR, tendo em vista que, à vista do parecer consignado no presente processo (doc. 054140131), que passa a integrar esta decisão, os débitos de ISS, exercício de 2017, consubstanciado nos Autos de Infração nº 011.236.017-3, 011.236.018-1, 011.236.019-0 e 001.236.020-3, referentes aos CCM 5.629.140-0, foram excluídos automaticamente do CADIN.

6017.2019/0007585-6 - FABIA GIL PARANHOS LIMA - 288.826.688-19

Atendendo ao disposto nos autos e à vista do parecer consignado em documento nº 054167632, que passa a integrar esta decisão, NADA A PROVIDENCIAR com relação ao registro do débito de IPTU, exercício de 2018 (NL 01), referente ao SQL 066.089.029-0, tendo em vista que o registro foi excluído automaticamente do CADIN. Foi realizada a atualização cadastral nominal do imóvel.

* MARCO ELISIO NEPOMUCENO 03186549620 * 17.304.468/0001-72 * 4.794.308-4

* SHIRLEY NAYARA CAMPOS 01420074121 * 30.595.360/0001-44 * 5.989.744-9

* SILVIO DE MENEZES ERNE PRODUCAO MUSICAL * 12.574.433/0001-30 * 6.216.258-6

CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA

Referência:

Processos Administrativos SEI nº 6017.2021/0010639-9 e 6017.2021/0056845-7